

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.583 - MS (2019/0144687-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ANTÔNIO RIBEIRO BRANDÃO**
RECORRENTE : **CARMEN LUCIA SOUZA BRANDÃO**
RECORRENTE : **EMÍLIO ANTÔNIO SOUZA BRANDÃO**
RECORRENTE : **GLÁUCIA SOUZA BRANDÃO**
ADVOGADOS : **PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA - PR018294**
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
KELLEN CRISTINA BOMBONATO SANTOS - PR036778
FAUSTO LUIS MORAIS DA SILVA - PR036427
MURILO AUGUSTO LIMA DE ANGELI E OUTRO(S) - PR090722
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
AGRAVANTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904**
MARCELO PONCE CARVALHO E OUTRO(S) - MS011443
AGRAVADO : **ANTÔNIO RIBEIRO BRANDÃO**
AGRAVADO : **CARMEN LUCIA SOUZA BRANDÃO**
AGRAVADO : **EMÍLIO ANTÔNIO SOUZA BRANDÃO**
AGRAVADO : **GLÁUCIA SOUZA BRANDÃO**
ADVOGADOS : **PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA - PR018294**
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
KELLEN CRISTINA BOMBONATO SANTOS - PR036778
FAUSTO LUIS MORAIS DA SILVA - PR036427
MURILO AUGUSTO LIMA DE ANGELI E OUTRO(S) - PR090722

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

RAZÕES DOS APELOS – RECURSOS NÃO CONHECIDOS.

Não comporta conhecimento os agravos retidos não reiterados nas razões e/ou contrarrazões da apelação (art. 523, §1º, do CPC/73).

EMENTA – APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS DIFERENCIAÇÃO ENTRE CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS/HIPOTECÁRIAS COM DE PRODUTO RURAL – INEXISTÊNCIA - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS – DEVIDA – CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS E INCIDÊNCIA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - POSSIBILIDADE – MULTA CONTRATUAL ACIMA DO LIMITE LEGAL – VERIFICADA - PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA – DESCABIMENTO – DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA –

ENCARGOS ABUSIVOS NO PERÍODO DA NORMALIDADE – READEQUAÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA – INDEVIDA – APELOS DOS AUTORES E DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

Ainda que a cédula de produto rural esteja regida pela Lei 8.929/94, possível se faz a aplicação subsidiária do Decreto 167/67, no que não for incompatível, já este último diploma trata dos créditos rurais de uma forma geral.

As notas de crédito rural, comercial e industrial acham-se submetidas a regramento próprio (Lei nº 6.840/80 e Decreto-Lei 413/69) que conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados.

Diante da omissão desse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano, prevista no Decreto n. 22.626/33 (Lei da Usura).

Nos termos do enunciado 93, da Súmula do STJ, nos contratos de crédito rural, admite-se a pactuação de cláusula que preveja a capitalização mensal dos juros.

A cobrança de comissão de permanência é legal desde que não ultrapasse a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, observada eventual revisão judicial dos itens que a compõem.

Nos contratos posteriores à entrada em vigor da Lei 9.298, de 1º.8.1996, a multa moratória deve ser cobrada em 2%.

A jurisprudência do STJ, firmada por ocasião do julgamento do Recurso Especial 1.061.530/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que "o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora.

O alongamento da dívida rural caracteriza um direito subjetivo do devedor, não uma mera faculdade do credor, mas devem ser preenchidos os requisitos legais. Ausentes os pressupostos previstos na legislação aplicável, não há como ser autorizado o alongamento das dívidas originárias de crédito rural.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022 do Código de Processo Civil; 4º, XI e IX, da Lei 4.595/64 e 71 do Decreto-Lei 167/67.

Defende que houve negativa de prestação jurisdicional, porque o tribunal de origem não teria apreciado a tese de existência de autorização do Conselho Monetário Nacional para cobrança de juros acima de 12% ao ano no Crédito Rural, através da Resolução 1.064/85, 1.129/86 e Circular 1.130/87 todas do Banco Central do Brasil por delegação do Conselho Monetário Nacional.

Alega que taxa de juros remuneratórios em Cédula de Crédito Rural não pode ser limitada a 12% ao ano, visto que a necessidade de regulamentação da questão já fora exercida pelo Banco Central do Brasil, por delegação do Conselho Monetário Nacional.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1148-1168.

Às fls. 1181-1184, decisão deste signatário dando provimento ao recurso especial interposto por ANTÔNIO RIBEIRO BRANDÃO, para afastar a cobrança de comissão de permanência.

É o relatório.

DECIDO.

2. A irresignação não prospera.

No tocante ao art. 1.022 do CPC, verifica-se que não houve negativa de prestação jurisdicional, máxime porque a Corte de origem analisou as questões deduzidas pelo recorrente. De fato, na hipótese em exame, é de ser afastada a existência de vícios no acórdão, à consideração de que a matéria impugnada - existência de autorização do Conselho Monetário Nacional para cobrança de juros acima de 12% ao ano no Crédito Rural - foi enfrentada de forma objetiva e fundamentada no julgamento do recurso, naquilo que o Tribunal *a quo* entendeu pertinente à solução da controvérsia.

3. No tocante à limitação da taxa de juros na cédula de crédito bancário, conquanto na regência da Lei n. 4.595/64 não estejam os juros bancários limitados a 12% ao ano, as notas de crédito rural, comercial e industrial acham-se submetidas a regramento próprio (Lei n. 6.840/80 e Decreto-Lei 413/69), que conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados.

Tendo em vista a omissão desse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano, prevista no Decreto n. 22.626/33 (Lei da Usura).

Com efeito, a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça limita em 12% ao ano a taxa de juros remuneratórios devida em cédulas de crédito comercial, industrial e rural, conforme os seguintes precedentes: AgRg no Ag 883.139/MG, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 18.10.2007, DJ 31.10.2007 p. 330; AgRg no REsp 975.396/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, julgado em 9.10.2007, DJ 29.10.2007 p. 275, este último, com a seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CÉDULA DE CRÉDITO. FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. FIXAÇÃO. AUSÊNCIA. LIMITAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Esta Corte é uníssona no entender que as cédulas de crédito rural, comercial e industrial não se submetem ao regramento da Lei nº 4.595/64, porquanto o artigo 5º, da Lei nº 6.840/80, estendeu às notas de crédito a disposição contida no artigo 5º, do Decreto-Lei nº 413/69, no sentido de que compete ao Conselho Monetário Nacional a fixação da taxa de juros; desse modo, ante a ausência de expressa deliberação do Conselho Monetário Nacional, os juros remuneratórios não podem ser pactuados em patamar superior a 12% ao ano, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 22.626/33 (Lei da Usura).

(...)

3. Agravo regimental improvido.

BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO E DE CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DE QUANTIA EXECUTADA INDEVIDAMENTE. ART. 1.531 CC. MÁ-FÉ CARACTERIZADA. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. CABIMENTO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. NÃO EVIDENCIADA SUPERIORIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AFASTADA A APLICAÇÃO DO CDC. LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. LEI 1.521/51. INVIABILIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA EXCESSIVIDADE DE LUCRO NA INTERMEDIÇÃO. TAXA MÉDIA DE MERCADO.

[...]

5. Conquanto na regência da Lei n.º 4.595/64 não estejam os juros bancários limitados a 12% ao ano, as notas de crédito rural, comercial e industrial acham-se submetidas a regramento próprio (Lei n.º 6.840/80 e Decreto-Lei 413/69), que conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados. Diante da omissão desse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano, prevista no Decreto n.º 22.626/33 (Lei da Usura).

[...]

8. Recurso especial do Banco do Nordeste do Brasil S.A. parcialmente provido. Prejudicado o recurso adesivo.

(REsp 1196951/PI, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 09/04/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. CONTRATO FINDO. REEXAME. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 83-STJ. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N. 182-STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. A circunstância de o contrato bancário estar quitado não impede, em princípio, a revisão de suas cláusulas.

2. Nas cédulas de crédito rural, até que venha a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, incide a limitação dos juros remuneratórios em 12% (doze por cento) ano, por aplicação do Decreto 22.626/33.

3. "É inviável o agravo do art. 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." Súmula n. 182, do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1325997/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 07/08/2012)

RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA - CORREÇÃO MONETÁRIA NO PERÍODO DA NORMALIDADE - ARTS. 8º E 71 DO DL 167/67 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211 DA SÚMULA/STJ - JUROS REMUNERATÓRIOS - OMISSÃO DO CONSELHO MONETÁRIO

NACIONAL - LIMITAÇÃO A 12% AO ANO - NECESSIDADE - PRECEDENTES - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

I - A alegada violação dos arts. 8º e 71 do DL 167/67 não foi objeto de debate ou deliberação pelo Tribunal de origem, restando ausente, assim, o requisito indispensável do prequestionamento da matéria;

II - Embora na Lei n.º 4.595/64 não estejam os juros bancários limitados a 12% ao ano, as cédulas de crédito rural, comercial e industrial estão submetidas a regramentos próprios - quais sejam, o da Lei nº 6.840/80 e o do Decreto-Lei 413/69 -, que, por sua vez, conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados;

III - Em razão da omissão daquele órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano, prevista no Decreto n.º 22.626/33 (Lei da Usura);

IV - Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1134911/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 29/05/2012)

Vale esclarecer que sobre a alegada existência de regulamentação dos juros remuneratórios em Cédulas de Crédito Rural por meio da Resolução 1.064/85, 1.129/86 e Circular 1.130/87, todas do Banco Central do Brasil, esta Corte já proferiu o seguinte esclarecimento no REsp 207.456/RS, de relatoria do E. Ministro Cesar Asfor Rocha, no sentido de que "(...) nenhum dos atos normativos editados pelo Banco Central do Brasil comumente trazidos pelas instituições financeiras como justificativa para a livre cobrança do juros compensatórios, quais sejam, as Resoluções ns 1.064 e 1.188 e a Circular 1.130, permite essa prática para os créditos tidos como incentivados, ou seja, para as atividades rural, comercial e industrial". Esse julgado foi assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À LEI FEDERAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. COMERCIAL. CRÉDITO RURAL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO CMN.

Impossível o acesso ao recurso especial se o tema nele inserto não foi objeto de debate na Corte de origem.

Ofensa à lei federal não caracterizada.

Possibilidade de discussão, como na espécie, acerca da abusividade das taxas de juros em embargos à execução de sentença homologatória de acordo.

Inexistente nos autos a prévia autorização do CMN para a cobrança de juros remuneratórios acima do limite legal, em valor certo e especificado para as cédulas de crédito rural, como no caso, ficam os mesmos adstritos à taxa de 12% ao ano.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 207.456/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 23/11/1999, DJ 08/03/2000, p. 124)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator